

Sprint
FINAL
PGE-AL



MAPEAMENTO
BANCA CESPE: 2ª FASE

MAPEAMENTO – SUBJETIVAS BANCA CESPE

Procuradoria Geral do Distrito Federal - 2013

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça processual e 3 questões discursivas.
- Prova 2: 1 parecer e 3 questões discursivas.
- Prova 3: 1 peça processual e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Peça Processual: **Petição Inicial de ADPF** (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) em face de decreto do Chefe do Executivo – reajuste remuneratório de servidores públicos, vinculação a salários mínimos (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Tributário: ICMS nas operações de importação por pessoas físicas (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Multidisciplinar: Advocacia Pública – prerrogativa de foro, apresentação de instrumento de mandato, cargos em comissão para assessoramento jurídico e criação de Procuradoria Legislativa/Tribunal Contas (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Financeiro – Banco Central do Brasil (BACEN): emissão de moeda, financiamento das despesas dos entes da Federação para controle da inflação, restrições constitucionais e legais na relação entre o BACEN e os entes da Federação (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Prova 2:

- **Parecer**: Direito administrativo – Poder de Polícia: Construção irregular de imóvel em área pública. Conceito, atributos e poder de polícia em sentido amplo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- **Questão 1**: Direito Urbanístico – Plano Diretor: Parcelamento, edificação compulsória e IPTU progressivo no tempo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- **Questão 2**: Direito Administrativo - Regime diferenciado de contratações (RDC): aplicação da legislação federal no âmbito do DF, possibilidade de utilização do RDC em obras em término posterior à Copa do Mundo de 2014 (jurisprudência do TCU), adjudicação do objeto da contratação mediante critério de maior retorno econômico e maior oferta de preço? (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- **Questão 3**: Direito ambiental – Código Florestal – Área de Preservação Permanente (APP): Proteção ambiental de faixas marginais, obrigação *propter rem* de reparação ambiental oriunda de degradação perpetrada por ocupante anterior do imóvel, hipóteses excepcionais em que se permite a ocupação das áreas protegidas (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Prova 3:

- **Peça Processual**: **Contrarrazões de Apelação** – Responsabilidade civil do Estado por omissão, teoria da culpa do serviço, ausência da demonstração de falha na prestação do serviço (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- **Questão 1**: Direito do Trabalho - Sujeitos do contrato de Trabalho – Empregador: teoria do empregador único, sucessão de empresas operada em concessão de serviço público (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- **Questão 2**: Direito Processual do Trabalho – Ação Rescisória: obrigatoriedade da remessa necessária em favor da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho (Decreto-lei 779/69) em sede de ação rescisória, exceções ao duplo grau obrigatório,

competência originária para o julgamento da ação (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

- Questão 3: Direito Empresarial – Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Empresária: efeitos em relação aos sócios, anulação/desfazimento do ato constitutivo da sociedade, rito procedimental (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Procuradoria Geral do Estado da Bahia - 2014

- **Formato**

- Prova 1: 1 parecer e 3 questões discursivas.
- Prova 2: 1 peça processual e 3 questões discursivas.
- Prova 3: 1 parecer e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

- **Prova 1:**

- Parecer: Direito administrativo - Licitações e Contratos administrativos: Inexigibilidade de Licitação; Credenciamento; Instrumento contratual (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Constitucional - Controle de constitucionalidade: *Simultaneus Processus* e processamento de ADI estadual superveniente ao julgamento de ADI federal (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Direito Ambiental: Princípios e Responsabilidade civil e administrativa por dano ambiental, Responsabilidade solidária pelo dano (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Administrativo – Intervenção do Estado na Propriedade: Função social da propriedade e desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Prova 2:➤ **Peça: Contestação Trabalhista:**

Preliminares: 1.1 Inépcia da inicial (rito sumaríssimo inaplicável ao Poder Público); 1.2 Nulidade da notificação da Fazenda pública – inobservância do prazo; 1.3 Pedido de equiparação sem indicação de paradigma

Prejudicial de mérito: Prescrição trabalhista.

Mérito: Equiparação salarial, inaplicabilidade do art. 467 da CLT (pagamento da parte incontroversa das verbas rescisórias por ocasião do comparecimento à Justiça do Trabalho) e honorários advocatícios (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).

➤ **Questão 1:** Direito Civil – Provas: Classificação de documento público (instrumento público e documento público em sentido estrito instrumento) (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).➤ **Questão 2:** Multidisciplinar: Desconsideração da Personalidade Jurídica: previsão na legislação esparsa, conceito, requisitos e desconsideração inversa (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).➤ **Questão 3:** Direito Processual Civil – Ação Rescisória: Sentença que viola literal disposição de lei, ocupação irregular de bem público (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).**Prova 3:**➤ **Parecer:** Direito financeiro – Despesa pública: despesa obrigatória e de caráter continuado, impossibilidade de considerar como aumento de receita a arrecadação obtida no combate à sonegação fiscal (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).➤ **Questão 1:** Direito Penal e Processual Penal – Crimes em espécie e Competência: Contrabando e Lavagem de dinheiro, mercadorias introduzidas no território nacional, Competência da Justiça Federal (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

- Questão 2: Direito Processual Penal – Habilitação do assistente de acusação e Procedimento especial dos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Tributário – Imunidade Tributária: imunidade de instituição de educação sem fins lucrativos (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Procuradoria Geral do Estado do Piauí - 2014

- **Formato**

- Prova 1: 4 questões discursivas.
- Prova 2: 1 peça processual.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Questão 1: Direito Administrativo – Licitações e Contratos administrativos: Competência da Procuradoria do Estado na análise do procedimento licitatório, possibilidade de suspensão do contrato administrativo pelo Tribunal de Contas, responsabilidade do parecerista (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 2: Direito Administrativo - Agentes Públicos: Acumulação de cargos públicos, penalidades de cassação de aposentadoria e demissão no âmbito de processo administrativo disciplinar (PAD), acumulação de proventos de aposentadoria e remuneração de cargos públicos e incidência do teto constitucional (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 3: Direito Civil – Contratos em Espécie: Contrato de empreitada e de prestação de serviços, distinções em relação à subordinação entre os contratantes, natureza da obrigação e responsabilidade pelos riscos (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 4: Direito Tributário – ICMS: Alíquotas interestaduais em operações interestaduais de compra de mercadorias por meio do comércio eletrônico (*e-commerce*), regulamentação mediante convênio no âmbito do Conselho

Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).

Prova 2:

- **Peça: Contestação em Ação Popular:** Nulidade de citação e comparecimento espontâneo do réu, prazo em quádruplo para o Poder Público apresentar a peça defensiva (prova aplicada na vigência do CPC/73), inaplicabilidade do efeito material da revelia à Fazenda Pública, ilegitimidade ativa, inadequação do pedido, inadequação da natureza do interesse defendido, incompleta formação do polo passivo e ausência de argumentação acerca da lesividade.

Procuradoria Geral do Estado do Município de Salvador - 2015

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça processual e 2 questões discursivas.
- Prova 2: 1 peça processual e 2 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- **Peça Processual: Contestação Trabalhista**

Preliminar: Impossibilidade jurídica do pedido de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade (vigência do CPC/73; NCPC: matéria de mérito)

Prejudicial de mérito: Prescrição trabalhista.

Mérito: Comissão de Conciliação prévia, responsabilidade pelas verbas trabalhistas diante da ocorrência de desmembramento de Municípios, dispensa por justa causa, adicional noturno, adicionais de periculosidade e insalubridade e aviso prévio. (*quantidade de linhas disponibilizadas: 150*).

- Questão 1: Direito Financeiro – Despesa Pública: Despesa de pessoal, limites, medidas e prazo para eliminação do excesso (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 2: Direito Tributário: Isenção tributária e tratados internacionais sobre direito tributário (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).

Prova 2:

- Peça Processual: **Agravo de Instrumento em Mandado de Segurança**: Demolição de obra irregular, autoexecutoriedade do Poder de Polícia, indenização por danos morais, medida liminar que decreta nulidade do auto de infração (*quantidade de linhas disponibilizadas: 150*).
- Questão 1: Direito Urbanístico – Parcelamento do solo urbano: Loteamento irregular, poder-dever do Município de promover a regularização, responsabilidade subsidiária do ente municipal pelas obras de infraestrutura necessárias com posterior cobrança em face do loteador, aprovação de licenciamento e licença para construir (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 2: Direito Tributário – ISS: fato gerador, lançamento de ofício, presunção relativa da prestação de serviço diante da existência de registro do profissional autônomo, previsão em lei local de regime diferenciado de tributação do autônomo com alíquota aplicada sobre valor de receita presumida (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).

Advocacia Geral da União – 2015/2016

- **Formato**
- Prova 1: 1 parecer e 3 questões discursivas.
- Prova 2: 1 peça processual e 3 questões discursivas.
- Prova 3: 1 dissertação e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Parecer: Direito administrativo – Atos administrativos: consultoria jurídica realizada pela Advocacia Pública no controle interno da legalidade administrativa, princípio da legalidade e decreto regulamentar, decreto como ato abstrato (decreto regulamentar) e concreto (decreto autônomo), elementos do ato administrativo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Constitucional - Controle de constitucionalidade: Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), objeto, requisitos, legitimidade ativa dos Conselhos de Classe, presunção de constitucionalidade das normas (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Direito Tributário - Imunidade Tributária: Imunidade tributária recíproca, requisitos para extensão da imunidade à sociedade de economista prestadora de serviços públicos (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Ambiental: Competências administrativas em matéria ambiental e poder de polícia para apuração de infrações administrativas ambientais, normas de cooperação entre os entes para o exercício das competências administrativas, competência para lavrar auto de infração, *non bis in idem* na punição pelas infrações (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Prova 2:

- Peça Processual: **Contestação**: Ação anulatória de acórdão do TCU, análise da transferência de recursos em convênio firmado pela União, através do Ministério da Educação, e Município. Ex-prefeito municipal no polo passivo, alegação de ilegitimidade ativa e ofensa ao contraditório e ampla defesa diante da negativa de oitiva de testemunhas, requerimento de antecipação de tutela. Acórdão do TCU como espécie de título executivo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).

- Questão 1: Direito Financeiro: transferências voluntárias e inscrição de ente federativo nos cadastros de inadimplentes (CADIN), exceção à impossibilidade de realização da transferência voluntária em relação às ações vinculadas à educação (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Direito Civil – Contratos em espécie, Bens e Vícios do Negócio Jurídico: Contrato de compra e venda de bem imóvel e escritura pública. Bem de família legal. Fraude contra credores, requisitos, ação pauliana e distinções com o instituto processual da fraude à execução (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Internacional – Tratados Internacionais: Classificação e procedimento para conclusão, condições para entrada em vigor em âmbito interno e internacional, análise da legitimidade de Ministro de Estado das Relações Exteriores para assinar o acordo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Prova 3:

- Dissertação: Competência do STF para processar e julgar causas e conflitos entre a União e os Estados, hipóteses de cabimento de reclamação constitucional, cabimento de reclamação na situação de conflito federativo e usurpação da competência originária do STF (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Penal – Crimes em espécie e Ação Penal: Crime de calúnia em face de Advogado da União, requisitos para configuração do crime, bem jurídico protegido, legitimação concorrente (STF) ou alternativa (doutrina) para propositura da ação penal (funcionário público ofendido e Ministério Público) (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Direito do Trabalho – Direito Coletivo: Sindicatos, fracionamento sindical, obtenção do registro sindical, juízo competente para julgar eventual ação ajuizada contra a União pelo autor do pedido administrativo para requerer tanto a nulidade do ato que indeferiu seu pedido quanto o registro sindical, (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

- Questão 3: Direito Previdenciário – Previdência Complementar: Natureza e características do regime, regramento constitucional, forma de organização, a possibilidade de finalidade lucrativa e a identificação dos responsáveis pela regulação e pela fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), paridade contributiva, situações deficitárias que envolvem a EFPC e patrocínio público, aplicação do CDC aos casos que envolvem tais entidades (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - 2016

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

- **Prova 1:**

- Peça Processual: **Contestação** – Direito Administrativo: Processo administrativo disciplinar, instauração mediante denúncia anônima, descrição dos fatos e imputações na portaria de instauração do PAD, excesso de prazo para a conclusão do PAD, ausência de defesa técnica por advogado, coexistência de ação penal e independência das instâncias, utilização de prova emprestada, termo inicial da prescrição (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Constitucional e Administrativo: Controle de constitucionalidade de projeto de lei, competências legislativas dos entes, competência em matéria trabalhista, regime jurídico dos empregados públicos das empresas estatais (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Direito Tributário: Prescrição e Decadência, lançamento por homologação e constituição do crédito tributário com a entrega da declaração pelo sujeito passivo, não apresentação da declaração e contagem do prazo decadencial para lançamento (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

- Questão 3: Direito Ambiental: Responsabilidade civil por dano ambiental, teoria integral, responsabilidade objetiva (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), cumulação das indenizações por dano material e moral (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Procuradoria Geral do Município de Fortaleza/CE - 2017

- **Formato**

- Prova 1: 1 parecer e 4 questões discursivas.

- **Temas explorados**

- Parecer – Direito Administrativo: Processo administrativo disciplinar, instauração mediante denúncia anônima, ausência de defesa técnica por advogado, reflexos para o PAD do falecimento do acusado antes do julgamento e possibilidade de instauração de uma ação de ressarcimento ou ação de improbidade administrativa para reaver valores eventualmente desviados, independência das instâncias e extensão aos sucessores da obrigação de reparar o dano. Contratação direta, distinções entre inexigibilidade e dispensa de licitação e realização fora dos casos permitidos em lei, recebimento de propina pelo servidor (*quantidade de linhas disponibilizadas: 90*).
- Questão 1: Direito Constitucional - Direitos e garantias fundamentais: Princípio da proporcionalidade e suas vertentes: proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).
- Questão 2: Direito Processual Civil: julgamento de casos repetitivos, incidente de resolução de demandas repetitivas e recurso especial e extraordinário repetitivos, sistema de causa-piloto e sistema de procedimento-modelo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).
- Questão 3: Direito Tributário – Responsabilidade Tributária: Substituição tributária progressiva e regressiva, princípio da praticidade e restituição do valor

pago antecipadamente na hipótese de o fato gerador presumido não se concretizar efetivamente (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).

- Questão 4: Direito Ambiental: Responsabilidade civil por dano ambiental, teoria integral, responsabilidade objetiva, alegação de culpa exclusiva de terceiro, inversão do ônus da prova e princípio da precaução, dano a pescadores e indenização por danos morais, impossibilidade de pagamento de lucros cessantes (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).

Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte/MG - 2017

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça e 1 parecer.
- Prova 2: 5 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Peça – **Mandado de Segurança** ou **Ação Ordinária** ou **Ação Cautelar Preparatória** (após a interposição de recursos a Banca aceitou avaliar – com igual pontuação – estes 3 tipos de peças: inscrições do Município nos cadastros do CAUC, SIAFI e do CADIN e percepção de recursos provenientes de convênios que tenham sido ou venham a ser celebrados pela municipalidade impetrante (autora) com a União Federal, princípio da intranscendência subjetiva das sanções, Tomada de Contas Especial e princípios do contraditório e ampla defesa (*quantidade de linhas disponibilizadas: 90*))
- Parecer: Direito Tributário – IPTU: Progressividade de alíquotas, conceito, possibilidade de aplicação do princípio da progressividade do IPTU em razão do tamanho do imóvel, progressividade do IPTU no tempo e requisitos para a sua aplicação, progressividade fiscal e extrafiscal do IPTU, teoria da divisibilidade de leis e controle de constitucionalidade de partes viciadas de uma lei tributária,

alíquota que deve ser aplicada aos fatos geradores já ocorridos, em caso de ser verificada alguma inconstitucionalidade (*quantidade de linhas disponibilizadas: 60*).

Prova 2:

- Questão 1: Direito Administrativo – Responsabilidade Civil do Estado: Responsabilidade objetiva das concessionárias de serviços públicos pelos danos causados a terceiros (usuários ou não usuários do serviço), responsabilidade subsidiária do Estado, teoria do risco administrativo, observância estatal de seu dever específico de proteção em relação a detentos e alunos de escolas públicas, responsabilidade pela omissão (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 2: Direito Constitucional: licitude de prova obtida mediante gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, responsabilização política de agentes políticos por meio de impeachment e por ação de improbidade administrativa, Tribunal de Contas e quebra de sigilo bancário (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Processual Civil – Defesa do réu: Contestação e novidades do Código de Processo Civil de 2015, rol de matérias alegáveis, princípios da celeridade, eficiência e economia processual, princípio da eventualidade ou concentração da defesa, defesas preliminares ou processuais e defesas de mérito e consequências do acolhimento (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 4: Direito Tributário – ISS: competência dos entes federados para regulamentação do imposto, listagem dos serviços, interpretação extensiva, operações mistas, locação de bens móveis (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 5: Direito Ambiental: Licenciamento e competência legislativa em matéria ambiental (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

Procuradoria Geral do Estado de Sergipe - 2017

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça e 2 questões discursivas.
- Prova 2: 1 parecer e 2 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Peça Processual: **Contestação** – Direito Administrativo: Anulação de ato de promoção de servidor público, processo administrativo disciplinar, contraditório e ampla defesa, decadência, autotutela administrativa, suspensão de pagamento de remuneração e ressarcimento ao erário, poder disciplinar e proporcionalidade em razão da instauração de PAD (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Administrativo e Processual Civil: Sentença de improcedência em ação de improbidade, remessa necessária, aplicação da Lei de Ação Popular de do Código de Processo Civil, validade da sentença condenatória prolatada em processo sem a notificação do acusado para a apresentação de defesa preliminar (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).
- Questão 2: Direito Constitucional: Crime de responsabilidade praticado por Governador de Estado, natureza e elementos do princípio republicano, a existência, a extensão e a forma de instauração de exceções ao princípio republicano, imunidade do chefe de Estado, consequências para os Estados-membros da observância obrigatória ao princípio republicano, exceção a princípio sensível estabelecida pela CF, norma de reprodução proibida (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).

Prova 2:

- **Parecer:** Direito Tributário: Repetição tributária, contribuinte de fato e de direito, tributos diretos e indiretos, declaração de inconstitucionalidade de lei tributária e restituição de valores pagos (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- **Questão 1:** Direito Ambiental: - Unidades de Conservação: Área de Preservação Ambiental (APA), Zona de Amortecimento, Licenciamento ambiental, Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Resolução 001/86 do CONAMA e lista de atividades sujeitas à apresentação do EIA (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).
- **Questão 2:** Direito Processual Penal: Procedimento especial de crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública, defesa prévia, instrução por inquérito, tratamento dado ao coautor, defesa prévia de funcionário que deixou de ocupar o cargo (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).

Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco - 2018

- **Formato**

- Prova 1: 1 parecer e 1 peça processual.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- **Parecer:** Direito Administrativo – Contratos administrativos: Contrato de prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, natureza do pagamento feito pela Administração Pública, reajuste contratual, corte no fornecimento do serviço em função do inadimplemento da administração pública (*quantidade de linhas disponibilizadas: 60*).
- **Peça Processual: Contestação** – Direito Administrativo: Revisão e reajuste em contrato administrativo.

Preliminares: 1.1 Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública em razão do valor da causa; 1.2 Impugnação da gratuidade da justiça pleiteada.

Mérito: tutela de evidência, ausência de provas, prova pericial, reajuste contratual, álea econômica, revisão do contrato administrativo e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro (*quantidade de linhas disponibilizadas: 90*).

Procuradoria Geral do Município de Manaus/AM - 2018

- **Formato**

- Prova 1: 1 parecer e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

- Parecer: Direito Administrativo – Contratos Administrativos: Prorrogação da vigência contratual, acréscimo unilateral do objeto contratual e seus requisitos legais, realização de modificações contratuais por meio de simples apostila e sem a publicação na imprensa oficial. (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Constitucional: controle de constitucionalidade de lei municipal pelo STF em face da CF, obrigação de fazer e teto da requisição de pequeno valor (RPV) (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 2: Direito Tributário - Processo Tributário: Termo inicial e final na contagem de prazo para ajuizamento de execução fiscal, inscrição em dívida ativa e efeito em relação a esse ajuizamento, exceção de pré-executividade, conceito e hipóteses de cabimento (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).
- Questão 3: Direito ambiental – Unidades de Conservação: Parque municipal, unidade de proteção integral, conversão em floresta municipal (unidade de uso sustentável) mediante decreto do prefeito, comunidades tradicionais residentes no parque, consulta pública à população (*quantidade de linhas disponibilizadas: 20*).

Procuradoria Geral do Município de João Pessoa/PB - 2018

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça e 3 questões discursivas.
- Prova 2: 1 parecer e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Peça Processual: **Contestação** – Direito Tributário: IPTU, impugnação do lançamento e prescrição tributária, pedido de incidência da alíquota sobre o valor de aquisição do imóvel, valor venal, princípio da anterioridade (*quantidade de linhas disponibilizadas: 90*).
- Questão 1: Direito Ambiental – Responsabilidade por dano ambiental: Responsabilidade administrativa, identificação da natureza jurídica da conduta, cumulação, multa ambiental, instrumento processual adequado para a cobrança e órgão(s) competente(s) para promovê-la, termo inicial do prazo prescricional para cobrança da multa administrativa (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).
- Questão 2: Direito Ambiental – Responsabilidade por dano ambiental: Desastre ambiental, ocupação irregular em área de risco, área de preservação ambiental, ação civil pública em face do ente municipal buscando a reparação de danos materiais e morais decorrentes de omissão, regularização fundiária urbana em favela (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).
- Questão 3: Direito Financeiro – Princípios orçamentários: Princípio da exclusividade, violação ao princípio (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).

Prova 2:

- Parecer: Direito Administrativo - Responsabilidade Civil do Estado: Responsabilidade de concessionária de serviço público por dano causado a terceiro, evento morte, teoria adotada e pressupostos da responsabilização, vítima não usuária do serviço, posição do STF sobre a propositura da ação de indenização diretamente em face do causador do dano, pedido de pensão vitalícia e danos morais em razão da morte da vítima (*quantidade de linhas disponibilizadas: 60*).
- Questão 1: Direito Administrativo e Financeiro – Contratos Administrativos e Princípio Orçamentário: Duração dos contratos, princípio da anualidade orçamentária, projeto plurianual, exceção à regra da anualidade (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).
- Questão 2: Direito Ambiental – Licenciamento Ambiental, composição do SISNAMA, competência normativa do CONAMA, área de preservação ambiental (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).
- Questão 3: Direito Tributário – Processo Tributário: Instrumentos cabíveis para impugnação da execução fiscal e suspensão da exigibilidade do crédito tributário, marco processual limite para substituição da certidão de dívida ativa (CDA) e requisitos para obtenção de certidão positiva com efeito de negativa (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).
- Questão 4: Direito Administrativo e Ambiental: Bem tombado, autorização prévia da Prefeitura Municipal e do IPHAN para realização de obras, medida de embargo prevista na lei municipal a ser tomada diante da infração administrativa de deterioração do bem tomado, teoria do fato consumado e direito ambiental (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).
- Questão 5: Direito Financeiro e Tributário: Classificação de receitas conforme a categoria econômica e a origem, excesso de arrecadação do IPTU e receita orçamentária, IPTU e princípio da anterioridade (anual e nonagesimal) (*quantidade de linhas disponibilizadas: 10*).

Procuradoria Geral do Município de Campo Grande/MS - 2019

- **Formato**

- Prova 1: 1 parecer e 2 questões discursivas.
- Prova 2: 1 peça processual e 2 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Parecer: Direito Administrativo – Licitações e Contratos Administrativos: Conceito de licitação, contrato de escopo (ou por objeto), natureza e vigência, necessidade de termo aditivo para prorrogação contratual, termo aditivo com efeitos pretéritos, atraso decorrente de culpa exclusiva do contratado e prorrogação da vigência do contrato, aplicação de sanção ao contratado, contraditório e ampla defesa e formas de cobrança da multa (*quantidade de linhas disponibilizadas: 60*).
- Questão 1: Direito Constitucional – Controle de Constitucionalidade: Controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais, legitimidade para propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face de leis e atos normativos municipais, simetria em relação aos legitimados previstos na CF, cabimento de controle de constitucionalidade de lei municipal em face da CF (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).
- Questão 2: Direito Tributário: Natureza do ato de inscrição de crédito em dívida ativa tributária e efeitos da inscrição, suspensão da prescrição tributária e viabilidade da inscrição de créditos constituídos pelo contribuinte (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).

Prova 2:

- Peça Processual: **Contestação**: Direito Administrativo - Responsabilidade Civil do Estado

Preliminares: 1.1 Nulidade da citação da Fazenda pública; 1.2 Impugnação do pedido de gratuidade da justiça.

Mérito: Teoria do risco administrativo, culpa exclusiva da vítima, afastamento dos danos morais, materiais pleiteados e estéticos pleiteados (*quantidade de linhas disponibilizadas: 60*).

- Questão 1: Direito Previdenciário – Benefícios em espécie (RGPS): Salário-maternidade, requisitos para concessão, carência, duração e início da concessão, regras de cálculo, pagamento ao cônjuge ou companheiro sobrevivente (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).
- Questão 2: Direito Ambiental: Concessão florestal, causas de extinção do contrato, bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, possibilidade de ocupação de área pelo poder concedente e utilização dos bens reversíveis e eventual direito à indenização ou retenção dos bens reversíveis pelo concessionário (*quantidade de linhas disponibilizadas: 15*).

Procuradoria Geral do Município de Boa Vista/RR - 2019

- **Formato**

- Prova 1: 1 peça e 3 questões discursivas.

- **Temas explorados**

Prova 1:

- Peça Processual: **Ação de Reintegração de Posse com Pedido Liminar** – Esbulho possessório praticado por particulares, invasão de escola pública municipal (*quantidade de linhas disponibilizadas: 120*).
- Questão 1: Direito Tributário – Lançamento tributário: Conceito, classificações, modalidades principais e subsidiárias (ou supletivas), atribuição do Fisco e do contribuinte em cada uma das espécies (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).

- Questão 2: Direito Administrativo – Terceiro Setor: Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSC's), entidades consideradas OSC's, instrumentos de parceria com o poder público e celebração de convênio (*quantidade de linhas disponibilizadas: 30*).
- Questão 3: Direito Ambiental – Responsabilidade por dano ambiental: Ação civil pública em face de indivíduo causador de incêndio, recuperação de área devastada, área de reserva legal, percentual mínimo preservado a título de reserva legal, responsabilidade por dano à vegetação nativa.

Assessor Jurídico da CODEVASF - 2021

- **Formato**

- Dissertação

- **Temas explorados**

Direito Ambiental: Princípios (poluidor-pagador e reparação *in integrum*), degradação remanescente/reflexa, cumulação de obrigações de fazer, não fazer e indenizar.